



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS EM MEMÓRIA SOBRE A QUESTÃO RELIGIOSA NO BRASIL

Daniella Miranda Santos*
(UESB)

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro*
(UESB)

RESUMO

Além de realizar aproximações teóricas entre os conceitos “história”, “memória” e “memória histórica” no pensamento halbwachiano, este estudo também objetiva discutir aspectos metodológicos no que tange aos estudos em memória, uma vez que, por vezes, estes possuem cunho histórico-metodológico. Sob o olhar do sociólogo Maurice Halbwachs, tomando por base a sua obra póstuma *A Memória Coletiva*, neste artigo busca-se também relacionar ou indicar quais desses supracitados conceitos serão utilizados para a mobilização da memória quando da análise de um objeto de pesquisa essencialmente histórico, qual seja, a transição do Brasil de um Estado Confessional para um Estado Laico, ao menos do ponto de vista formal. Ao se analisar o evento histórico denominado “A Questão Religiosa”, serão a história e a memória que ajudarão a lidar com esses episódios que vão além da história e das “versões” perpetradas pela Igreja e Estado, uma vez que a institucionalização de uma “história” e a difusão da mesma instituem uma “memória histórica” a respeito do ocorrido.

PALAVRAS-CHAVES: história, memória, laicização,

*Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Integrante do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação. E-mail: daniellamirandaadv@gmail.com.

*Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação, vinculado ao Museu Pedagógico/UESB. E-mail: apcasimiro@oi.com.br.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar qualquer discussão teórica a respeito do entrelaçamento entre história e memória no pensamento de Maurice Halbwachs, faz-se imprescindível pensar a cientificidade da história, asseverando-a para a elaboração do conceito história-disciplina, além de refletir sobre o desenvolvimento de técnicas metodológicas e do grande apego às fontes históricas, especialmente no que tange às grandes coletâneas de documentos.

Para compreender o imbricamento existente entre história e memória, é preciso se desvencilhar das fontes escritas como método científico único do fazer histórico. A história não se faz apenas com documentos. A própria realidade, numa perspectiva de análise adequada, pode oferecer plenas condições ao pesquisador para comprovar as suas hipóteses. Deve-se deixar claro que não se objetiva, com tal afirmação diminuir a importância da análise documental na pesquisa histórica.

Em sua obra *Uma Introdução à História*, Cardoso (1981, p. 29) aponta a crença no caráter científico da história, mesmo tratando-se de uma ciência “falível”:

a ciência é histórica e, portanto falível: não pretende acumular verdades eternas, imutáveis e absolutas, mas tende a um conhecimento completo pela acumulação de verdades parciais, de aproximações sucessivamente mais abrangentes.

É justamente o contato e o debate permanentes com as outras ciências sociais, incluindo até a importação de problemáticas, métodos e técnicas de tais ciências para uso dos historiadores, que permitem a ampliação dos horizontes da ciência histórica e a concepção dessa cientificidade da história.

Desse modo, conforme a história cultural, uma pesquisa histórica deve partir em busca de uma “história-problema” e não de uma mera “história-



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

narração”. Assim, amplia-se a responsabilidade social do historiador, em busca de todos os documentos disponíveis, acabando-se com a fixação só em fontes escritas.

O historiador deve tentar construir uma temporalidade múltipla em lugar de limitar-se ao tempo simples e linear característico da historiografia tradicional, além de buscar qualquer concepção outra que negue as responsabilidades sociais do historiador.

Cardoso (1981) demonstra coerência quando contraria a ideia de que talvez o historiador não tenha o direito ou a vocação de recortar acontecimentos na medida adequada à explicação. Ele defende que tal recorte está diretamente ligado à relevância histórica, mas também, com a sua capacidade de fazer com que se encaixem no seu quadro racional de explicação e interpretação.

É exatamente isso o que se deve fazer. O processo de seleção dos fatos históricos não deve se submeter a uma sucessão de causas e efeitos meramente sequenciais, mas a postura do pesquisador deve ser a de extrair da multiplicidade destas sequências possíveis, dentro de um oceano infinito de dados, tudo o que for significativo.

No entanto, mesmo diante das distinções claras entre história e memória, nota-se, segundo o autor, uma aproximação da primeira com a “memória coletiva”, Cardoso afirma que:

O sujeito do processo de conhecimento não é individual e sim coletivo: a ciência é sócio-historicamente determinada, e se vincula de forma complexa ao conjunto material e cultural de cada época da história humana (o que não quer dizer que seja possível, por exemplo, deduzir as leis e teorias científicas, de maneira linear e simples, de outras estruturas da totalidade social. *[grifo nosso]* (CARDOSO, 1981, p. 28)

Nesse mesmo sentido, são valiosos os ensinamentos de KarelKosíc, no clássico *Dialética do Concreto*, quando este declara que:

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

antes de iniciar qualquer investigação, o homem deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como essência da coisa e que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. (KOSÍC, 2002, p. 16-17)

Desse modo, o pensamento que deseja conhecer adequadamente a realidade não deve se contentar com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações. Tem de destruir o aparente, a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade. E, nesse sentido, a totalidade não significa *todos os fatos*. A totalidade citada anteriormente significa uma realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido e, para isso, deve-se ter auxílio ou da ciência ou da filosofia:

Como a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. (p. op.cit., p. 18)

Portanto, para o desenvolvimento de uma pesquisa baseada nos estudos em memória, faz-se necessário compreender a realidade social como uma totalidade de estruturas independentes, que se influenciam mutuamente. Isso confirma a ideia de que antes de qualquer investigação é preciso que se resista a uma tendência histórica de perceber os fatos isolados, mas deve-se percebê-los por fora deles próprios, em suas múltiplas e variadas determinações.

Maurice Halbwachs foi um dos fundadores da corrente sócio-histórica na qual história e memória estão sempre imbricadas. Em *A Memória Coletiva*, publicada em 1950, o autor se apresenta como um durkheimiano típico. Na obra póstuma, encontram-se importantes contribuições às teorias da memória,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

demonstrando que as lembranças coletivas também perpassam o individual e se tornam cada vez mais sociais, quando agregadas a um grupo de pertencimento, ou seja, que a memória individual é, em essência, coletiva:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Contudo, é importante compreender qual é a relação existente entre história e memória na teoria halbwachiana acerca da memória coletiva, já que os estudos em memória, por vezes, possuem cunho histórico-metodológico. Alguns aspectos conceituais devem ser observados atentamente, para que equívocos no método de pesquisa não sejam cometidos, especialmente quando da correlação entre os níveis teóricos e empíricos.

Sob o olhar de Halbwachs (2013), história e memória se distinguem, no entanto, paradoxalmente se complementam. A história objetiva analisar minuciosamente os fatos históricos, ao passo que, realmente, apenas se limita a conservar a imagem do passado, daquilo que ainda pode se fixar na memória coletiva. Em outras palavras, a história retém da memória apenas o que interessa às sociedades atuais: muito pouco.

Assim, o autor demonstra conceitualmente o que é história:

Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual, os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto (op.cit.,p. 79)



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Halbwachs chama a história de “rumor confuso” e declara que os eventos históricos possuem descrições imprecisas e que o redemoinho da história se propaga por meio de uma corrente obscura. O autor faz um jogo de antíteses para demonstrar as dissensões existentes entre a história e a memória: a história seria exterior, sendo possível apreendê-la por meio de quadros ou por meio da literatura, por exemplo. Enquanto a memória seria interior, resultado de vivências pessoais: “é por isso que as noções históricas e gerais desempenhariam apenas um papel secundário, pois elas pressupõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal”. (op.cit., p. 80).

O autor parece, assim, reafirmar a importância do fato histórico para a consolidação da memória e, novamente, o entrelaçamento entre a história e a memória, uma vez que declara que se não fosse as datas e os fatos históricos, a memória coletiva desempenharia apenas um papel acessório e de menor relevância na fixação de nossas lembranças.

Sobre esse aspecto, Halbwachs sintetiza um importante ensinamento: “Nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida”. (op.cit. p. 78-79). Em seguida, reafirma tal posicionamento ao advertir: “Seremos censurados por despojar essa forma da memória coletiva que seria a história, [...], dessa precisão abstrata e dessa relativa simplicidade que dela fazem um contexto, em que nossa memória individual poderia se apoiar? (ibid., p. 79).

Desse modo, o autor vai demonstrar que o imbricamento existente entre história e memória se dá a partir do momento em que a memória exterior é vivenciada. Seria a consciência da experiência do fato histórico que transformaria história em memória. Conforme o autor:

não posso dizer que me lembro em detalhes dos acontecimentos, pois só os conheço pelos livros. Contudo, diferente de outras épocas, esta vive em minha memória, pois nela estive mergulhado



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

e toda uma parte de minhas lembranças de então é apenas seu reflexo. (ibid., 78).

Tal excerto corrobora a impressão de que Halbwachs sugere que a “memória histórica” ou “memória nacional” fosse, de certo modo, preenchida através das memórias individuais.

A memória histórica seria, portanto, aquela “contendo apenas acontecimentos nacionais que não poderíamos conhecer”. (ibid., 78). Assim, continua defendendo que é na memória histórica que devemos nos basear como um ponto de referência exterior. Seria através dela que determinado fato histórico alheio às experiências deixaria uma marca, ainda que superficial, do dia e da hora que aquilo aconteceu, salientando que, tal impressão em si é uma marca exterior que não está relacionada com a memória individual.

O autor reafirma que a história seria um “pano de fundo contextual” para a memória, quando, mais uma vez, demonstra o entrelaçamento entre história e memória e questiona: “Se, por memória histórica, entendemos a sequência de eventos cuja lembrança a história conserva, não será ela, não serão seus contextos que representam o essencial disso que chamamos de memória coletiva?” (op.cit., p. 99).

Percebe-se que o fato histórico ultrapassa o círculo familiar ou do bairro e é, enquanto memória viva, que a própria lembrança se reveste de algum significado histórico.

Pelo menos em aparência, as datas e os fatos históricos ou nacionais que as lembranças representam “podem ser inteiramente exteriores às circunstâncias da nossa vida, no entanto, mais tarde, quando refletimos sobre elas, fazemos muitas descobertas, e entendemos o porquê de muitos acontecimentos. (op.cit., p. 76). Nesse sentido, o autor afirma que:

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

[...] a questão já não é mais de datas e de fatos. É claro, a história, mesmo contemporânea, frequentemente se reduz a uma série de idéias abstratas demais – mas posso completá-las, posso trocá-las pelas idéias de imagens e expressões, quando olho os quadros, os retratos, as gravuras daqueles tempos, quando sonho com os livros que apareciam, com as peças representadas com o estilo da época, as piadas e o tipo de espírito cômico então na moda. (op.cit., p. 99).

Nesse ponto, as divergências entre história e memória aparecem novamente, quando o supracitado autor afirma que: “os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas – eles representam correntes de pensamento e experiência em que reencontramos nosso passado, apenas porque ele foi atravessado por tudo isso.” (op.cit., p. 86)

No tocante ao aspecto metodológico, importante é a contribuição que o autor traz quando sugere como se deve proceder a evocação da memória:

Embora em meio século os aspectos urbanos tenham mudado muito, há de um quarteirão em Paris, até mais de uma rua ou um aglomerado de casas que sobressai do resto da cidade e que mantém sua fisionomia de outrora. [...] Para evocar, não basta procurar as placas que comemoram as casas em que viveram e morreram alguns personagens famosos da época, nem ler uma história das transformações de Paris. É na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora. [grifo nosso] (op.cit., p. 88).

Da afirmação de Halbwachs, pode-se depreender que a própria realidade seria a fusão concreta e manifesta entre história e memória. No presente é que se evoca a memória, com vistas a se perceber os tipos, costumes e hábitos do passado histórico. Considera o autor que somente o contexto histórico não basta para a mobilização da memória, que é preciso ir além da história: “Será que basta que eu reconstitua o contexto histórico desse acontecimento para poder dizer que recriei sua lembrança?” (op.cit., p. 92).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Não se pode falar em mobilização da memória quando se faz a mera reconstituição histórica dos fatos. Mais uma vez, o autor contrapõe história e memória, demonstrando que a história sugere uma divisão meramente temporal e contextual, a qual, sem as lembranças, seria vazia:

se eu realmente não tivesse nenhuma lembrança desse acontecimento e se me ativesse a essa noção histórica a que estou reduzido, a consequência viria em seguida: um contexto vazio não pode se preencher sozinho – interviria o saber abstrato e não a memória. Em todo o caso, sem nos lembrarmos de um dia, podemos recordar de um período; não é exato que a lembrança do período seja simplesmente a soma da lembrança de alguns dias. (ibid., 92)

E, por conseguinte, assevera que a história não abrange, nem tem por escopo compreender os acontecimentos pessoais. Nas palavras do autor:

se quero juntar e detalhar com exatidão todas as minhas lembranças que poderiam me restituir à imagem e a pessoa do meu pai, tal qual o conheci, é inútil passar em revista os acontecimentos da história contemporânea, durante o período em que ele viveu. (op.cit., p. 93).

Contudo, faz-se imperativo alertar que as lembranças de tais momentos se dão de forma independente da história, mas, nelas estão ancoradas. Se não fosse assim, a nossa memória seria completamente abstrata e teria o seu funcionamento estrutural no mais absoluto vazio.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A QUESTÃO RELIGIOSA E OS ESTUDOS EM MEMÓRIA

Para compreender como ocorreu a laicização formal do Estado Brasileiro no Brasil Imperial faz-se essencial revelar sucintamente a relação existente entre Igreja e Estado naquela época.

Desde o período colonial até a Constituição Republicana em 1891, a religião oficial e predominante no Brasil era o catolicismo. No Brasil Colônia coexistia uma aliança muito forte entre a Igreja e o Estado. Essa aliança política tinha o nome de Padroado Real ou Régio e, claro, trazia benefícios para ambos. O Estado possuía óbvio interesse em colonizar o Brasil e tal colonização, seria facilitada pela catequização indígena por meio da Igreja. Além do mais, a Igreja também objetivava “arrebanhar um número maior de almas”, com o propósito claro de aumentar o número de seguidores e dilatar a fé no Império.

Convém ressaltar o argumento de Casimiro (2010) a respeito do tema. A autora assevera que por cerca de duzentos anos, não era possível questionar o poder da Igreja no Brasil. Até o período Imperial, o regime monárquico deu continuidade ao catolicismo como religião oficial nos mesmos moldes do período colonial, reafirmado pela Bula *PraeclaraPortugalliae*, de Leão XII, em 1827, que formalizou o Padroado Régio no Brasil.

Isso é o que conta a história. Os historiadores e estudiosos sobre religião defendem que o pensamento católico prevaleceu soberano no Brasil mas, poucos estudiosos informam sobre as outras crenças religiosas que coexistiam na época, havendo uma discrepância entre o que aconteceu e os registros históricos. Nesse sentido, Halbwachs afirma que a “unicidade” da história, atenua as muitas memórias: “Na realidade, existem muitas memórias coletivas. [...] A história é uma e se pode dizer que só existe uma história. É isso que entendemos por história.” (HALBWACHS, 2013, p. 105).

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A mera historicização do pensamento religioso brasileiro que, em certo ponto, se correlaciona com a própria evolução do país, não revela todas as nuances que a memória permite entrever.

As percepções de determinado acontecimento podem ser alteradas, mas o evento histórico em si é imutável. Diante da importância dos estudos em memória é que se evidencia que podem coexistir muitas memórias a partir de um mesmo acontecimento histórico: “O novo painel projetado sobre os fatos que já conhecemos, nos revela mais de um traço que ocorre neste e que dele recebe um significado mais claro.” (op.cit., p. 98).

Cardoso (1981, p. 62), embora seja historiador, acredita que a “síntese histórica é uma massa incoerente e heterogênea de fatos singulares.” E, em consonância com a teoria halbwachiana, reafirma que o historiador não tem acesso ao fato em si, mas ao resultado da percepção de reflexos e imagens que as fontes deixam transparecer.

A mera síntese histórica exclui aspectos importantes da “memória nacional”. Nessa conjuntura, pode-se dizer que:

a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação, que se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas, pelo fato de reter apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos, enquanto membros da nação. (HALBWACHS, 2013, p. 99)

“Existem acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. São raros. Não obstante, eles podem oferecer a todos os indivíduos de um país alguns pontos de referência no tempo. (ibid., 99).” Essa é a situação descrita, no tocante à Questão Religiosa, como se verá a seguir: um fato histórico representativo e a forma como será realizado o seu registro histórico tornar-se-ão determinantes para as gerações seguintes.

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O imbricamento entre história e memória dá-se também, no sentido das lembranças se fixarem como narrativas históricas através da escrita. Halbwachs afirma que:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele estiver envolvido ou que dele teve conseqüências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão – quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos, que lhes são decididamente exteriores, então, o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem. [grifo nosso] (op.cit., p. 101).

Na mitologia grega, Clio era a musa da história, que possuía o estilete da escrita e filha de Zeus e Mnemósine, a Memória, tinha como tarefa a arte de fazer lembrar. Segundo Pesavento (2005), Clio talvez até superasse Mnemósine, pois era ela quem fixava as lembranças e registrava o passado e, por conseguinte, quem tinha a autoridade sobre os atos e quem decidia o que deveria ser lembrado. Em sentido contrário, Halbwachs¹ afirma que “a história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal.” (HALBWACHS, 2013, p. 106).

O autor acredita que a versão dos fatos históricos é criada e perpetuada pela memória. Torna-se claro que são as percepções pessoais que fixam na história escrita os detalhes e acontecimentos, uma vez que, o historiador é sujeito inserido nesse próprio contexto histórico: “é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato, o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempos depois.” (op.cit., p. 96).

¹Para Halbwachs, a musa da história é Polímnia, conforme deixa claro na citação: “Sim, a musa da história é Polímnia”. (op.cit., p. 106)



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

É exatamente isso o que se busca fazer ao analisar o evento histórico denominado “A Questão Religiosa”. A pesquisa busca demonstrar a importância de tal fato histórico para a separação entre Igreja e Estado e para a queda da Monarquia. A hipótese é a de que esse conflito entre os bispos e o governo imperial, teria sido uma das razões que propiciaram a laicização do Estado, e sendo este talvez, um dos motivos que teriam impulsionado o advento da República.

A Questão Religiosa (1872-1875) foi um conflito protagonizado pela Igreja Católica e o Império, no Segundo Reinado. A Igreja Católica passava por um período no qual ela estava abalada pelo avanço da modernidade. O governo imperial tinha tendências ao liberalismo e o ministro do Império era membro da maçonaria, desta forma, a contenda existente era fruto de ideologias opostas. A Igreja, na sua condenação ao liberalismo e a tudo que dele vinha, condenava a maçonaria. Nesse sentido, defensores do catolicismo ultramontano, os bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, seguindo essa mentalidade, lançaram um manifesto punindo as irmandades que tolerassem membros do clero nas lojas maçônicas. O Bispo de Olinda e do Pará, respectivamente, foram obrigados pelo Império a revogar seus interditos e como eles se negaram, acabaram sendo presos.

É imprescindível asseverar que o surgimento da República não ocorreu exclusivamente por causa da Questão Religiosa. Segundo Vieira (2003, p.86-87):

outros ingredientes ainda seriam adicionados ao conflito, aumentando o grau de insatisfação e exaltando os ânimos de maçons, republicanos, positivistas e dos próprios militares, que, liderados pelo marechal Deodoro da Fonseca, derrubaram o 36º Gabinete do Império e proclamaram a República no dia 15 de novembro de 1889.

A relevância do tema não se limita apenas à própria controvérsia que envolve a Questão Religiosa. A investigação também busca demonstrar se este fato



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

histórico trouxe alterações significativas para a história religiosa e política do país, já que está inserido no emaranhado das relações culturais e políticas da época.

Torna-se claro que, na maioria das vezes, não se terá conhecimento absoluto da abrangência e implicações ou, até mesmo, das consequências diretas e indiretas de determinado evento histórico representativo. Portanto, os fatos históricos possuem, algumas vezes, novos sentidos ao passo que reconstruímos e interpretamos os acontecimentos, razão pela qual se faz necessária tal investigação.

O intuito é o de analisar de modo imparcial o acontecimento histórico, retratando os pontos de vista de ambos os envolvidos, uma vez que a historiografia e os estudos históricos, em geral, omitem uma ou outra “versão” do fato histórico. Para desenvolver tal estudo, será tomado como base o campo da memória, uma vez que, segundo Halbwachs (op.cit., p. 108):

Cada um dos grupos tem uma história. Nele distinguimos personagens e acontecimentos – mas o que chama a nossa atenção é que, na memória, as semelhanças passam para o primeiro plano [...] A história como já dissemos, deixa passar esses intervalos em que aparentemente nada acontece, em que a vida se limita a se repetir, sob formas um tanto diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura nem perturbação.

A análise do evento histórico em tela dar-se-á sob o prisma de que Estado/Maçonaria e Igreja ocupavam lados diferentes e só a memória pode tentar lidar com esses episódios que vão além da história, uma vez que a institucionalização de uma “história” e a difusão da mesma instituem uma “memória histórica” a respeito do ocorrido.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

CONCLUSÕES

A memória coletiva se distingue da história ainda por ser a primeira uma corrente de pensamento contínuo, uma continuidade que nada tem de artificial, uma vez que só retém do passado o que está vivo ou que se mantém na consciência de determinado grupo. Em sentido contrário, a história divide o tempo cronológico em períodos e, enquanto na memória se tem a impressão de que o tempo social é contínuo e ininterrupto, na história há a sensação de que tudo se renova completamente entre um período e outro.

A história, que se situa fora desses grupos e acima deles, não hesita em introduzir divisões simples na corrente dos fatos, cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Com isso, ela apenas obedece a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela encara cada período como um todo, em boa parte, independente do que vem antes e do seguinte.

Desta feita, Halbwachs afirma que um dos objetivos da história é estabelecer essa conexão entre o passado e o presente. Para tanto, o autor assevera que os pesquisadores, por meio de um trabalho metódico, podem atualizar ou até mesmo (re)descobrir uma quantidade de fatos históricos, sejam eles relevantes ou de menor importância, que se acreditava perdidos para sempre, havendo ainda a possibilidade de se encontrar memórias inéditas.

O compromisso científico do pesquisador está, exatamente, em não manipular essa “redescoberta”. Sabendo possível haver uma manipulação, devido ao caráter intersubjetivo do processo, deve-se estar atento a isso. Assim, se o historiador é um caçador de vestígios, o profissional de memória, se utiliza da história, dos registros históricos e vai além, em busca de mais evidências que comprovem as suas hipóteses.

Por fim, o autor conclui que a memória coletiva é distinta da história e que a própria expressão “memória histórica” não seria a mais apropriada, uma vez que



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

aproxima dois conceitos que se contradizem em vários pontos. E, de forma didática, sintetiza o seu pensamento ao anunciar que em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se desaparece a memória social.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, C. F. S.. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASIMIRO, A. P. B. S. **Igreja, Estado e Educação no Brasil no Contexto Anterior à Implantação Do Projeto Colúmbia University**. In: Revista Quaestio. ISSN 2177-5796. Sorocaba. 2010.
- HALBWACHS, M.. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.
- KOSÍČ, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2002.
- PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VIEIRA, F. dos Ss. **Imigração europeia e liberdade religiosa no Brasil oitocentista**. In: *Revista Urutágua*, 2003; 79-87.